

18° Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: GT 33: Família, Instituições e Poder

Título do Trabalho: Patronato Rural, Relações de Parentesco, Representação Política

Nome completo e instituição do(s) autor(es):

Fellipe Silva Prado (CPDA – UFRRJ), Regina Angela Landim Bruno (CPDA – UFRRJ) , Afonso Henrique de Menezes Fernandes (CPDA – UFRRJ).

# PATRONATO RURAL, RELAÇÕES DE PARENTESCO, REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.

PRADO, Fellipe  
FERNANDES, Afonso  
BRUNO, Regina

## **Introdução**

A reflexão sobre a prática política dos grandes proprietários de terra e empresários rurais permite-nos perceber o quão importante é a presença da família e das redes de parentesco na construção da representação política e corporativa do patronato rural e agroindustrial no Brasil. Possibilita-nos também reconhecer a complexidade desse processo e dessa relação que apesar das tensões e conflitividades existentes alimenta e é alimentada por uma mesma identidade e concepção de mundo, contribui para a cristalização de determinados *habitus*, valores, reivindicações e interesses, orienta ações e comportamentos e amiúde reafirma o espírito coletivo, a solidariedade e a lealdade como diria Bourdieu ao discorrer sobre o espírito da família (Bourdieu; 2011); intervém na produção e reprodução do poder econômico, político e simbólico [falta palavra],

O texto tem por objetivo analisar de que forma as famílias de representantes do patronato rural agroindustrial no Brasil funcionam como instrumento de reprodução de poder, tornando-se capital político e econômico. Ou seja, observar como representantes do agronegócio brasileiro têm recorrido à instituição família para gerir os negócios da vida privada, defesa do patrimônio, a legitimação e valorização. Interessa-nos também [verificar] de que modo as classes dominantes agrárias brasileiras, através de suas relações de parentesco, procuram justificar o exercício de seu poder sobre o Estado, na forma de influência política indireta ou ocupação de postos estratégicos na definição da legislação e das políticas públicas.

Desta perspectiva, Roberto Rodrigues e Kátia Abreu –, ambos ex-Ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA – são figuras emblemáticas na

compreensão sobre o papel da família e das relações de parentesco no processo de construção da representação política das elites rurais e agroindustriais no Brasil, dentre outros aspectos. Neste sentido, procuraremos aqui sistematizar de forma preliminar elementos da trajetória familiar de ambos os representantes do patronato rural, buscando apontar as diferenças na visão de família e o seu papel na construção da representação política de um e outro. Para tanto, analisamos aqui trechos de discursos e entrevistas disponíveis relacionadas às duas famílias.

Deste modo, podemos definir três pontos fundamentais que nos ajudam a pensar a trajetória da família de Roberto Rodrigues, a sua relação com a produção agrícola e com a representação política do patronato rural brasileiro: a dimensão da produção/gestão, da formação/pesquisa/inação e da representação de classe. Diferentemente de Roberto Rodrigues, Kátia Abreu, na condição de representante de classe da agricultura, ao acionar a família, ressalta os seguintes aspectos: argumentos que remetem uma noção mais tradicional de família como aquela que vigia, protege, que é paternalmente organizada, com papéis bem definidos do homem e da mulher, a dificuldade de separar a coisa pública do bem privado, bem como se confundem os papéis de pai, patrão e representante político.

## **1) A família “Roberto Rodrigues”**

### **a) Alguns elementos da Trajetória da Família Roberto Rodrigues na Agricultura.**

A família Rodrigues tem origens na imigração Italiana para São Paulo. Produtores rurais da região de Piracicaba e Tietê, plantavam café no início do século XX. Com a grande crise de 1929, a família teve de vender suas terras e Antonio José Rodrigues, pai de Roberto Rodrigues e engenheiro agrônomo formado na ESALQ, migrou para a região de Ribeirão Preto, mais precisamente no município de Jaboticabal, para trabalhar como técnico na produção de cana, dando início a uma bem-sucedida trajetória como produtor rural e liderança política classista e institucional no estado de São Paulo. Considerando a importância da trajetória da

família na construção da representação do patronato rural paulista e do cooperativismo brasileiro, é possível identificar uma ideia de filosofia de gestão familiar própria, transferida de geração em geração.

Com relação às atividades produtivas da família Rodrigues, Antonio José, ao se estabelecer em Jaboticabal, parece haver cumprido, na narrativa familiar, um certo papel fundador, ou melhor, re-fundador da família na condição de proprietários e produtores rurais. Assim, alguns anos após migrar para a região, que sofria com problemas na produção decadente de Café e com doenças (Tristeza) na produção de laranja, decidiu buscar plantar cana em consonância com um movimento inicial em direção a este cultivo na região. Assim, em 1948 iniciou seus trabalhos na fazenda São Martinho, inaugurando o plantio de Cana e desenvolvendo técnicas na produção de laranja. Alguns anos mais tarde, já nos anos 1950, Antonio José consegue dar entrada na Fazenda Santa Isabel que, até hoje é a base familiar e produtiva dos Rodrigues. Segundo Paulo Rodrigues:

Meu avô é engenheiro agrônomo, se formou em Piracicaba e foi trabalhar no Instituto Agronômico de Campinas (IAC). Primeiro trabalhou na Esalq um ano como assistente do professor Piza, e depois foi para o Instituto Agronômico de Campinas. Trabalhou com cana, com café e finalmente foi para a Estação Experimental de Limeira trabalhar com o Dr. Sylvio Moreira aonde, desenvolvendo várias pesquisas com citros, a mais importante foi a definição da substituição do porta-enxerto, na época, para o limão cravo, que foi a base da citricultura da Índia antes, justamente porque o porta-enxerto anterior era suscetível à tristeza. Então ele teve um sucesso muito grande nessa questão. Foi por isso que ele foi convidado a vir administrar a Fazenda São Martinho. Mas a família dele era de agricultores que na verdade haviam perdido tudo na década de 30, na Crise de 29. O pai dele era produtor de café, na região de Piracicaba e Tietê e perdeu tudo em 29 na Grande Crise.<sup>1</sup>

Com o desenvolvimento da produção de Cana nas terras da Fazenda Santa Isabel a família cresce, se tornando referência política e econômica da região ao longo dos anos 1960. Em uma primeira transferência geracional de atribuições na gestão dos interesses familiares, o Antonio José vai para a vida pública tornando-se liderança política local com um mandato de vereador e, posteriormente, em nível estadual ocupando a posição de Secretário de Agricultura do estado de São Paulo

---

<sup>1</sup> Entrevista Paulo Rodrigues

nos governos Adhemar de Barros e Laudo Natel, chegando ao posto de vice-governador na segunda gestão deste último.

Ele foi convidado a plantar cana. A partir de 56 nós começamos a plantar cana aqui. Mas no começo não. Plantou muito algodão, amendoim inclusive, milho, um pouco de pecuária. Café ainda existia também e laranja que era uma coisa que ele gostava e conhecia bastante. E ele era um produtor bastante moderno, bastante avançado e automaticamente virou uma liderança, o que o levou para a vida pública. Então ele acabou vereador em Guariba, que é a cidade próxima aqui. Depois prefeito da cidade. Foi Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, por conta dessa participação política regional e depois acabou a Vice-Governador do Estado de São Paulo<sup>2</sup>.

Frente a esta nova realidade e coincidindo com a formação de Roberto Rodrigues em Agronomia na ESALQ, o filho mais velho de Antonio José assumiu a gestão dos negócios, liberando o pai para a atuação política. Assim, Paulo Rodrigues afirma que seu pai se formou e logo em seguida voltou para a Fazenda Santa Isabel se responsabilizar por sua administração:

E veio para cá assumir a gestão da fazenda. E assumiu a gestão da fazenda e meu avô foi se dedicar à vida pública. Embora continuasse produtor, mas o gestor era o meu pai. E o meu pai continuou aqui na gestão do negócio até os anos 90, quando eu vim para cá. Eu vim para cá no final de 89 e logo em seguida assumi a direção também da atividade e meu pai foi se dedicar à vida pública, como ele tem feito até hoje. E uma coisa importante nessa questão da gestão é que houve sempre uma continuidade da nossa filosofia de gestão<sup>3</sup>.

Assim, este processo de transferência de atribuições na gestão da família Rodrigues também pode ser verificado a partir de 1985 quando, pela intensificação da conjuntura e da militância política de Roberto Rodrigues, momento em que este assume a presidência nacional da OCB, a família se mudou da Fazenda Santa Isabel em Jaboticabal para São Paulo. Ao longo dos anos seguintes, a família se reunia somente aos finais de semana na Fazenda, fazendo com que a gestão dos negócios fosse realizada mais a distância até que Paulo Rodrigues, o filho primogênito, estivesse formado também pela ESALQ e viesse assumir os negócios da família. Assim, Paulo afirma que:

Eu vim para cá no final de 89 e logo em seguida assumi a direção também da atividade e meu pai foi se dedicar à vida pública, como ele tem feito até

---

<sup>2</sup> Entrevista Paulo Rodrigues

<sup>3</sup> Entrevista Paulo Rodrigues

hoje. E uma coisa importante nessa questão da gestão é que houve sempre uma continuidade da nossa filosofia de gestão.<sup>4</sup>

Um segundo aspecto a ser destacado na trajetória da Família Rodrigues e no discurso sobre eles mesmos é o que estamos chamando de dimensão da formação da tecnologia. Este aspecto se evidencia fundamentalmente pela estreita relação da Família com a ESALQ. Outro ponto é a busca de se constituir como referência de inovação tecnológica na produção agrícola.

Em relação à Escola de Agronomia da USP além do fato de que Roberto Rodrigues e sua esposa Eloisa Araújo Rodrigues serem formados na instituição, seu próprio pai e seus dois filhos do sexo masculino também realizaram sua formação acadêmica na escola. Rodrigues possui inclusive um livro, escrito em autoria com Ivan Wedeckin<sup>5</sup> intitulado Pequeno Dicionário Amoroso da ESALQ. Paulo Rodrigues também relata sua relação com a escola, mesmo depois de formado, mantendo encontros com as turmas antigas e novas, além do relacionamento nas redes sociais. A tradição de formação na ESALQ, com três diferentes gerações estudando lá, parece ser muito valorizada pela Família.

Em relação à busca por serem reconhecidos como referências na inovação tecnológica de produção agrícola, destaca-se o processo de modernização levado a cabo por Antonio José na Fazenda São Martinho, desenvolvendo técnicas de combate a tristeza e dirigindo a implementação da produção de Cana na região. Da mesma forma, Paulo Rodrigues também relata seu papel na reformulação das atividades produtivas da família nos anos 1990, quando a família intensificou a produção em escala de Cana em detrimento de outros cultivos mais tradicionais. Para dirigir este processo, além de sua formação na ESALQ, Paulo possui cursos de especialização em diversas áreas que transitam entre agronomia e negócios. Por último, no caso de Roberto Rodrigues, é possível perceber em sua atuação política a valorização da formação e da pesquisa como elemento fundamental de desenvolvimento da agricultura moderna e do Agronegócio. Além disso, o próprio Roberto posteriormente veio a se tornar professor da UNESP-Jaboticabal e

---

<sup>4</sup> Entrevista Paulo Rodrigues

<sup>5</sup> Representante da Associação Brasileira de *Agribusiness*

atualmente se encontra no cargo de chefia do Centro de Agronegócio da Escola de Economia da FGV-SP. A sensibilidade com relação a pesquisa, formação e inovação presente entre seus membros também parecer ser muito valorizada pela família.

b) A militância classista dos Rodrigues.

A trajetória política da família parece ter início ainda nos primeiros anos de produção de Cana nos anos 1950. Já despontando como liderança local, José Antonio foi fundador e primeiro presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Guariba-SP, município vizinho a Jaboticabal onde era localizada a sede da propriedade da família. Fundada em 1951 a Socicana tinha como objetivo a defesa da classe canavieira da região de Guariba valorizando a atuação política na sociedade civil através do “associativismo como forma de organização coletiva voltada para a cidadania e atuação democrática”<sup>6</sup>. No início da década seguinte, em 1963, foi um dos treze fundadores da Coplana – Cooperativa Agroindustrial, uma entidade sem fins lucrativos, formada por produtores de cana-de-açúcar, culturas em rotação com cana, como amendoim e soja, além de outras culturas em menor escala”, localizada em Guariba e com presença em outros quatro municípios. Antonio José foi o primeiro presidente da Coplana.

Em um segundo momento, quando Roberto Rodrigues se forma em Agronomia e inicia suas atividades profissionais na gestão da Fazenda Santa Isabel, José Antonio deixou o filho com os encargos administrativos dos negócios e se lançou mais intensamente na vida pública, elegendo-se em nível local como Vereador e Prefeito em Guariba nos anos 1960. Ocupando em nível estadual a Secretaria de Agricultura de São Paulo nas gestões de Adhemar de Barros e Laudo Natel (1963-1967), presidente da Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP) e se elegeu Vice Governador do estado no segundo mandato de Natel (1967-1971).

---

<sup>6</sup> Site Socicana

No âmbito da representação de classe, Antonio José foi uma importante liderança associativa do patronato rural na região de Ribeirão Preto, inicialmente através da Socicana e, posteriormente, atuando no movimento cooperativista. Neste sentido, se tornou uma importante referência no processo de unificação do Cooperativismo em nível estadual e nacional, sendo peça chave na fundação da Organização das Cooperativas Brasileiras em 1969. Com um mandato do então Ministro da Agricultura Cirne Lima, Antonio José foi o elo de ligação entre as duas principais vertentes do cooperativismo brasileiro, criando as condições de fusão para a criação da OCB e, por esta razão, se elegeu como primeiro presidente desta entidade e atuando ativamente na aprovação da legislação cooperativista de 1971.

Roberto Rodrigues, por sua vez, iniciou sua militância política ainda na universidade no início dos anos 1960. Atuando no movimento estudantil, foi presidente do Centro Acadêmico de Agronomia da ESALQ, da Sociedade Paulista de Agronomia e membro da Juventude Universitária Cristã, ligada à Igreja Católica. Após se formar em 1965, além de iniciar sua participação na gestão dos negócios da família, ocupou a chefia de gabinete da Secretaria de Agricultura de São Paulo, quando seu pai deixou a Secretaria para ocupar o cargo de vice-governador.

Nos anos 1970 iniciou sua militância associativa na representação de classe dos produtores de cana da região de Ribeirão Preto. Assim, ocupou respectivamente os cargos de presidente da Coplana, fundador e vice-presidente da Organização dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo (Orplana) e fundador e presidente da Cooperativa de Crédito Rural dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba. No final de 1979, também ocupou a presidência da Empresa Mista do Estado de São Paulo.

Ao longo dos anos 1980, Roberto Rodrigues intensificou sua militância política, consolidando-se como grande liderança nacional do patronato rural. Em 1981, tornou-se conselheiro nacional da Sociedade dos Técnicos Açucareiros do Brasil e no ano seguinte conselheiro da Federação Meridional de Cooperativas Agropecuárias. Em 1983, fundou e tornou-se diretor superintendente da Associação



dos Fornecedores de Cana de Guariba, e nesse mesmo ano tornou-se diretor executivo da Organização das Cooperativas do estado de São Paulo.

Em 1985, em meio ao contexto de abertura política e um amplo debate sobre a Reforma Agrária, assumiu a presidência OCB, figurando como importante liderança da agropecuária brasileira. Com uma trajetória ligada ao cooperativismo, foi liderança da Associação das Cooperativas Internacionais e de diversas outras importantes associações do Agronegócio, como a ABAG, a SRB e a Associação Comercial de São Paulo. No primeiro governo Lula foi convidado para ser Ministro da Agricultura, onde ficou até 2006. Além disso, Roberto Rodrigues foi professor do departamento de Economia Rural da UNESP – Jaboticabal, atualmente é Presidente do Centro de Agronegócio da Escola de Economia da FGV e sócio honorário da Associação Brasileira dos Orgânicos.

No caso de Paulo Rodrigues, seu filho primogênito, este ao longo de sua vida profissional tem aparentemente se dedicado mais à gerência da produção do Condomínio Santa Isabel, tendo sido responsável por uma substancial reestruturação das atividades produtivas no final dos anos 1990. Ainda assim, parece atuar como representante classista local, na região de Ribeirão Preto, sendo conselheiro e diretor da Socicana-Guariba e da ABAG – Ribeirão Preto.

c) A Filosofia de Gestão dos Rodrigues:

A ideia de uma “filosofia de gestão” aparece com grande destaque na narrativa sobre a trajetória familiar. Este fato exprime com muita clareza a associação entre os negócios e a família. Aqui, a família ocupa lugar de unidade administrativa que segue determinados padrões de gestão e profissionalização. Paulo Rodrigues, assim define os princípios familiares na produção agrícola:

A nossa filosofia está baseada em um tripé bastante sólido que hoje acabou sendo chamado de sustentabilidade, mas que nós temos documentos escritos da década de 50 [risos] que remetem a esse aspecto. Esse tripé nada mais é do que tecnologia agrícola, que de certa forma, é o lado econômico do processo. Quer dizer, em agronomia, em agricultura a tecnologia agrícola é o que garante resultado. O segundo aspecto era a valorização do homem, através da criação de oportunidades, o desenvolvimento das pessoas propriamente. E o terceiro era a questão ambiental. Quer dizer, ter uma relação com o ambiente que fosse sempre positiva no sentido de manter a produção sempre crescente. Então esse

tripé de sustentação, por onde passam todas as nossas decisões, na verdade começou lá atrás na década de 50 com meu avô. E a gente deu sequência nesse processo. Tanto a gestão do meu pai, quanto a minha gestão hoje, que ele ainda participa, não na operação agrícola, mas como presidente do nosso Conselho de Administração, vamos dizer assim. Que é algo informal até pela natureza do negócio, mas é de fato o presidente do nosso Conselho. A gente continua atuando com base nesse tripé.<sup>7</sup>

Neste sentido, como primeiro pilar de sustentação da filosofia de gestão dos Rodrigues, aparece a questão da eficiência produtiva viabilizada por modernos padrões tecnológicos de produção. Em segundo lugar, temos o que Paulo chama de “valorização do homem”, reforçando a necessidade da formação de pessoal como política de gestão e da geração de novas “oportunidades”. Em terceiro lugar, inserem a questão ambiental, demonstrando sensibilidade com o debate contemporâneo incorporando, ao menos no discurso, práticas de preservação sem significar diminuição da produção. Assim, a família reivindica para si um vanguardismo no sentido de contribuir com a inovação de uma filosofia de gestão informada por princípios baseados no atual conceito de sustentabilidade.

Dando a ideia de que esta filosofia é transferida intergeracionalmente, Paulo Rodrigues apresenta a forma com que Roberto, mesmo mais dedicado a “vida pública”, se relaciona com a gestão dos negócios. Paulo afirma assim que seu pai ocupa uma espécie de presidência informal do conselho de administração em razão da natureza do negócio que interpretamos como sendo familiar. A este respeito Roberto ressalta que apesar de já ter transferido os negócios aos seus herdeiros, as relações familiares nos negócios se dão de forma profissional “todos têm formação e conhecimento técnico para o trabalho que desenvolvem [...] Hoje, dou consultoria estratégica e recebo para isso”<sup>8</sup>.

Outro elemento que demonstra a divisão patrimonial da família é o relato de Paulo acerca da divisão legal de bens entre os diferentes entes familiares. Assim, nos anos de 1990 o avô” fez um ajuste societário e dividiu o que era de um e o que era de outro. E aí os filhos, cada um ficou com o seu pedaço do negócio”. Atualmente somente Paulo está na atividade produtiva mas igualmente realizado

---

<sup>7</sup> Entrevista Paulo Rodrigues

<sup>8</sup> Entrevista Roberto Rodrigues

um acordo comum sobre a partilha patrimonial da família com a instituição de um conselho de sócios em que participam Roberto e seus quatro filhos.

Assim, podemos concluir que a família de Roberto Rodrigues apresenta uma profunda relação entre negócios e família, imprimindo a marca da gestão e da administração como um elemento que estrutura a trajetória dos Rodrigues e a sua própria ideia de “agricultura familiar”. Discorrendo acerca da forma com que o patronato rural percebe a estrutura social no campo, Bruno (2016) ressalta a estratégia de apagamento da desigualdade social por meio do desconhecimento de diferença entre pequenos e grandes produtores/proprietários. Nesta operação é possível perceber que, embora representante de uma agricultura técnica e produtivamente muito moderna, Roberto Rodrigues ainda se passa no plano discursivo como “agricultura familiar”. Neste sentido, a autora destaca a seguinte fala de Rodrigues:

Eu sou agricultura familiar. Eu tenho 1.200 hectares, meus dois filhos tocam e nós temos 150 empregados. A agricultura familiar não quer dizer um conceito para a pequena propriedade. É a empresa-família. Na Inglaterra, o conceito é muito claro: você tem uma empresa de 600 hectares tocada pela família. Tem 150 empregados, mas é a família que toca. Aliás, pequena, grande, média, mínima, isso é coisa da Idade da Pedra, só interessa para o banco dizer para quem não vai dar crédito. Acabou! (RODRIGUES, 1997).

Neste sentido, Roberto Rodrigues, ao ser indagado se pertence a uma “família de fazendeiros”, responde afirmativamente resumindo a trajetória dos Rodrigues na sua relação com a agricultura e a agronomia, acionando uma visão meritocrática sobre os negócios que estrutura a narrativa familiar, como é possível observar no trecho a seguir:

Meu pai era agrônomo, tinha um irmão agrônomo e uma irmã casada com agrônomo. A minha mãe era filha de um agrônomo e tinha três irmãos, os três eram agrônomos. Eu tenho uma irmã só, casada com agrônomo e tem dois filhos, os dois são agrônomos. Eu tenho quatro filhos. Os dois homens são agrônomos e tenho uma nora agrônoma (...) O pai do meu pai era fazendeiro aqui em São Paulo. Quebrou em 29. (...) Aí ele entregou tudo para o banco do Brasil e foi morrer como lenhador no sul do Estado (...) Um homem riquíssimo. Não sabia o que era Nova Iorque, bolsa, *crack*. E o pai da minha mãe era um agrônomo italiano que fugiu da Europa, imigrou para o Brasil, saiu da Europa na miséria e veio tocar uma fazenda de café em São Paulo cujo dono quebrou em 29 e vendeu suas terras para os colonos italianos. Então, o pai da minha mãe que, era pobre, ficou fazendeiro pela mesma razão que o pai do meu pai que era fazendeiro

ficou pobre. O meu pai, que era agrônomo, casou com a minha mãe, virou fazendeiro de novo e eu virei Ministro da Agricultura. Esta é a mobilidade social do Brasil.<sup>9</sup>

Portanto, Roberto Rodrigues destaca o valor do que considera um retrato da mobilidade social no Brasil. Ao mesmo tempo em que revela a reprodução social da família no campo da agricultura e da agronomia, valoriza um olhar meritocrático próprio da lógica liberal na gestão dos negócios ao ressaltar o processo de falência de seu avô paterno e a recuperação econômica de seu pai. Além disso, quando justifica a perda dos negócios do avô paterno pelo seu desconhecimento do mercado financeiro durante a grande crise de 1929, valoriza, assim como quando destaca a formação predominante de agrônomos na família, um olhar mais técnico e empresarial sobre a gestão dos interesses familiares.

## **2) A “família Kátia Abreu”**

### **a) Alguns Elementos da Família de Kátia Abreu na Agricultura**

A família de Kátia Abreu não possuía vínculo histórico com a atividade pecuária e tampouco eram proprietários de terras. Residiam em Goiânia, composta por profissionais de diferentes áreas: a mãe era professora, o pai profissional liberal, irmão funcionário público. Kátia Abreu nasceu na cidade Goiânia – GO em dois de fevereiro de 1962 e é a única mulher na família composta por oito irmãos, formou-se em psicologia na Universidade Católica de Goiás- UCG.

Katia abreu casou-se com Irajá Silvestre, proprietário rural, pecuarista, em terras hoje no estado do Tocantins, com seu esposo teve três filhos: Irajá Silvestre Filho, Iratã Abreu Silvestre e Lana Abreu Silvestre. Durante a terceira gravidez, seu esposo falece em um acidente de avião em 1987.

Na primeira estada na fazenda como proprietária descreve que ao abrir o cofre encontrou uma espécie de dossiê deixado pelo esposo que constava o plano de investimentos da fazenda, a gestão dos negócios futuros, a ordem de

---

<sup>9</sup> Entrevista Roberto Rodrigues

pagamentos prioritários e a gestão da própria família. Em 2007 descreve esse período *“inicieei minha vida pública e me tornei chefe de família por uma tragédia pessoal. Com a morte do meu marido, há 20 anos, tive de assumir o comando dos negócios da família e me tornei produtora rural, à época com 25 anos”*.

Nas poucas oportunidades que narra detalhes do ingresso na atividade Kátia relata que sua família tinha por certo que ela venderia as terras e voltaria a Goiânia, abrindo, possivelmente, uma loja ou trabalhando como psicóloga. No período que assumiu a fazenda, ela descreve, que foi de grande esforço para compreender o funcionamento da atividade, além disso, estavam no início da vacinação do gado. Pelo o avançar da gravidez não podia percorrer suas terras e um funcionário lhe deu a ideia de aprender a pilotar tratores, assim ela poderia *“observar mais de perto os trabalhos nas terras”* já que nem o perímetro total da área ela tinha conhecimento<sup>10</sup>. Em 2007 descreve esse período *“inicieei minha vida pública e me tornei chefe de família por uma tragédia pessoal. Com a morte do meu marido, há 20 anos, tive de assumir o comando dos negócios da família e me tornei produtora rural, à época com 25 anos”*.

Outra informação relevante diz respeito a percepção da mesma com relação ao cuidado da fazenda, reafirma dezenas vezes que não quis que sua fazenda fosse conhecida ou tivesse aparência de *“fazenda de viúva”*<sup>11</sup>, algo visto pejorativamente por ela e pelos demais fazendeiros da região. Outro argumento dela diz que seu cuidado e respeito ao falecido marido fez com que até o ingresso ao Sindicato Rural de Gurupi, em que foi eleita a presidente em 1993, era conhecida na região como a *“viúva do Irajá”*.

Kátia conseguiu permanecer na atividade do marido, comprar mais terras, descreve uma única vez que duplicou a herança recebida e ampliou as atividades produtivas: manteve a pecuária e introduziu a sojicultura e o cultivo de eucalipto. Apesar de se autodeclarar como *“produtora rural”*, *“pecuarista”*, dentre outros, Kátia

---

<sup>10</sup> Possivelmente a entrevista que mais encontramos elementos da vida pregressa a política, concedida ao entrevistador Kenedy Alencar disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6CBoWJ0-jo4> em

<sup>11</sup> Expressão que denota uma fazenda malcuidada, geralmente atribuída ao fato da mulher não conseguir manter a qualidade na gestão de uma fazenda assim como os homens conseguem. Kátia, inclusive, vangloria-se de seus feitos e relata que não permite que uma cerca esteja em más condições e nem que sua sede e seus animais aparentem problemas.

não se declara proprietária de terras em áreas rurais na declaração de bens apresentada em campanha.

Em dois mil e quinze casou-se com o agrônomo Moisés Pinto Gomes, funcionário da Agência Nacional de Águas – ANA. Possui também três netos.

#### b) Responsabilidade pelos Negócios da Família e a Entrada na Política

A partir da viuvez Kátia Abreu assume a condução da fazenda. Seis anos mais tarde, em 1993, ingressa na atividade sindical movida pelo convite de fazendeiros vizinhos. Concorreu ao cargo de presidente do Sindicato Rural de Gurupi. Descreve o momento: *“fui eleita presidente do sindicato rural, em eleição duríssima. Enfrentei machismo, violência. Venci. Depois, é o que se sabe: ruralismo e política*<sup>12</sup>.

Dois anos mais tarde, em 1995, Kátia Abreu concorreu e foi eleita ao cargo de presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins – FAET<sup>13</sup>. Nesse cargo especialmente foi eleita por quatro mandatos consecutivos, entre os anos de 1995 a 2005. Em meio a seu mandato novamente narra que foi convencida pelos inúmeros pedidos de amigos que iam a fazenda numa espécie de *“peregrinação de fim de semana”* pedindo que ela aceitasse ser candidata ao cargo de deputada federal.

Em 1998 concorre a câmara dos deputados pelo extinto Partido da Frente Liberal - PFL, terminando a eleição como primeira suplente. Nos anos 2000 e 2002 chegou a assumir vaga da câmara nessa condição. Em poucas oportunidades, principalmente, na primeira década dos anos 2000, Kátia conta que o próprio Siqueira Campos<sup>14</sup> a convenceu de concorrer, e que por muitas vezes convocou os deputados eleitos para serem secretários de governo no Tocantins para que ela fosse chamada como primeira suplente.

---

<sup>12</sup> disponível em: <http://sistemafaeg.com.br/noticias/4370-a-primeira-senhora-do-campo>

<sup>13</sup> <http://faetrural.com.br/pagina-faet.html> em 01 de junho de 2016.

<sup>14</sup> José Wilson Siqueira Campos, conhecido por seu sobrenome, foi primeiro governador do estado do Tocantins, Foi Senador da República e esteve envolvido e um dos investigados da Operação Ápia, deflagrada em 2016 pela Polícia Federal.

Destaca-se que essa aliança política se consolidou de diversas formas, uma delas foi a nomeação de Irajá Abreu, filho de Kátia, como um dos secretários do governo estadual de Siqueira Campos no Tocantins. As campanhas de ambos eram “apadrinhadas” uns pelos outros até que um conflito entre as famílias se instaura. Kátia alega que Siqueira Campos não aceitou posições divergentes as suas e que por isso preferiu distanciar-se politicamente.

Ainda pelo PFL concorre a vaga na Câmara dos Deputados em 2002 e é eleita como a mais votada do estado do Tocantins. Notemos que ela transitou da estrutura sindical, para a federação de classe, logo após para um cargo eleitoral federal. Nunca ocupou cargos de vereadora, prefeita, governadora, nem mesmo secretarias de governos no Tocantins.

Pode-se dizer que esse período foi fundamental na construção de apoio político, na visibilidade em seu estado e fora dele e na construção do papel de líder<sup>15</sup>. Não se pode deixar de destacar que nessas circunstâncias Kátia Abreu assume a presidência da denominada “Bancada Ruralista”<sup>16</sup> na Câmara dos Deputados.

Em 2006 concorre a vaga no Senado Federal e é eleita (mandato 2007/2015). Em 2007 após extinção do PLF a então senadora acompanha os seus na nova legenda o Democratas – DEM, permanecendo até 2011 quando filia-se a outro partido, dessa vez o Partido Social Democrático - PSD permanecendo até o ano de 2013. Em 2013 filia-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, estando até o presente. Tal filiação foi questionada por uma ala do PMDB, de maior oposição ao governo PT, quando a senadora compôs a CPI do *Impeachment* da presidenta Dilma na posição de defesa.

Ao longo de sua trajetória Kátia Abreu apoiou o ingresso de seus dois filhos na ocupação de cargos públicos eletivos. Os dois primeiros filhos homens são

---

<sup>15</sup> A liderança se expressa na escolha de Kátia Abreu para presidir a ‘Bancada Ruralista’ no Congresso Nacional, período com aproximadamente cento e oitenta integrantes.

<sup>16</sup>A Bancada Ruralista ou Frente Parlamentar da Agropecuária foi constituída no governo de José Sarney (1985-1989), denominava-se “Frente Ampla Rural”, atualmente, dados apontam para um número de mais de 200 parlamentares na câmara, entretanto, Castilho (2012:114) fala da dificuldade que é em tentar quantificar os integrantes, visto que entre os parlamentares existem indivíduos com as mesmas ações e práticas dos integrantes da bancada, contudo, não se intitulam membros.

respectivamente deputado federal pelo PSD, tem por nome político Irajá Abreu (em referência a mãe) e o segundo, ex-vereador da cidade de Palmas – TO também pelo PSD. Iratã desistiu da vida política depois de seu primeiro mandato como vereador para se dedicar aos negócios da família. Destaca-se a permanência de Irajá Abreu no PSD mesmo depois da migração partidária de sua mãe. Segundo Kátia a permanência dele foi “*bem pensado por eles*”.

#### C: Concepção Tradicional de família

A visão de tradicional de família de Kátia Abreu é permeada por uma série de elementos, o primeiro deles é o acionamento da sua condição de mulher, mãe, avó e viúva como elemento caracterizador de sua prática política. Tal artifício é utilizado em situações em que procura defender-se de sua idoneidade ou honestidade.

Um dos traços da concepção tradicional é a figura da “*mãe zelosa*”. Em discurso no Senado Federal a respeito do trabalho escravo Kátia afirma que como mãe não pode ser favorável a trabalho escravo, em outras palavras, seria incapaz de fazer mal aos trabalhadores e nem pregar jornadas exaustivas de trabalho a seus funcionários. A representação de mãe tida por ela é aquela vista como sem mácula, associada a uma noção de pureza no pensar e agir, portanto, uma mãe seria incapaz de fazer mal a outrem.

Na defesa de seu irmão, acusado de ser proprietário de uma fazenda em que foram encontrados trabalhadores em situação análoga à escravidão ela diz: “*sou temente a Deus e mãe de família sei que a justiça de Deus é maior*”. Família e fé cristã se confundem na argumentação dela. Discutindo o que seria um trabalho degradante ou exaustivo afirma em 2013: “*Eu quero aqui deixar bastante claro que ninguém concorda com jornada exaustiva, que ninguém concorda com trabalho degradante, muito menos eu, que sou mulher, que sou mãe, que sou avó*”.

Em 2007 quando se coloca a questionar no senado a ação do presidente Lula, Kátia compara a gestão do dinheiro público com a gestão financeira de uma casa promovida pelo pai da família, descrevendo a função do pai diz: “*precisa botar*



*ordem financeira em sua família*". Nota-se uma leitura patriarcal na forma de fazer política dela além de apresentar uma mescla por ela na análise: pai, presidente, patrão se confundem.

Qualquer elemento que possa ameaçar a estrutura ou as regras da família, enquanto instituição, é duramente criticado por ela. Quando sobe a tribuna tendo por pauta o assassinato de uma menina em São Paulo, Kátia Abreu afirma: como *"cidadã, como mulher, como mãe, como avó, como psicóloga, dizer a todos [...] que este é um momento delicado para a família brasileira"*. Cenário em que as *"famílias brasileiras estão em xeque"*, vivendo uma verdadeira *"crise"*. E apresenta o que para ela é o papel da família na criação, *"formação cidadã"* e emocional dos filhos:

Nesse mesmo contexto afirma que cabe aos *"vizinhos cidadãos"* vigiar as famílias alheias: *"também a família vizinha é responsável; é responsável como cidadã. É responsável não legalmente por vigiar a família alheia, mas, moralmente, do ponto de vista ético, do ponto de vista humano"*.

### **Considerações Finais:**

Para finalizar, é importante ressaltar que estes dois modelos de concepção de família não necessariamente aparecem em sua forma pura. Ao contrário, como é possível perceber, o modo com que os dois representantes do patronato rural acionam a família, apresenta nuances e pontos de contato em comum, mesmo que sendo nitidamente distintas.

Neste sentido, a *"família Roberto Rodrigues"* ainda que defenda uma filosofia de gestão própria, sugerindo uma concepção moderna e empresarial de família predominante, reproduz nos processos de sucessão geracional prática associadas ao patriarcalismo de ordem mais tradicional. Assim, legando aos filhos homens e primogênitos a primazia e o protagonismo sobre a gestão dos negócios familiares, a família Roberto Rodrigues também apresenta traços mais tradicionalistas.

No caso da *"família Kátia Abreu"*, embora predominantemente de caráter tradicional, em alguns momentos se diferencia destes traços característicos ao questionar a condição de submissão por ser mulher, relativizando, assim, as concepções patriarcais presentes em suas falas.

Assim, pudemos constatar que, mesmo com estas significativas diferenças, ambos os representantes do patronato rural brasileiro acionam a instituição família como ferramenta de construção da sua representação política e forma de reprodução social. Deste modo, seja atribuindo a família um sentido de gestão empresarial, seja recorrendo a referenciais clássicos das relações sociais do patriarcado, tanto a família Roberto Rodrigues como a família Kátia Abreu encontram nas relações familiares fontes fundamentais de legitimidade política e social.

## **Bibliografia:**

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989. Cap. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2011.

BRUNO, Regina. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2016, vol. 24, n. 1, p. 142-160, ISSN 1413-0580.

BRUNO, Regina. Um Brasil Ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

FERNANDES, Afonso Henrique de Menezes. A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira: O patronato rural moderno na Constituinte de 1988. VII Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2016.

PRADO, Fellipe Silva. Hegemonia do Agronegócio e Representação Patronal: Kátia Abreu fusão de liderança política e corporativa? Seminário CPDA 40 anos, 2016.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília: Editora Unb Vol. 1 e 2. 2003.

## Fontes:

Entrevista Roberto Rodrigues:

[http://www.jcmaschietto.com.br/index.php?link=entrevistas&sublink=entrevista\\_1](http://www.jcmaschietto.com.br/index.php?link=entrevistas&sublink=entrevista_1)

Entrevista Paulo Rodrigues:

<http://cpdoc.fgv.br/agronegocio/paulo-rodrigues>

Falas de Plenário no Senador Federal – Katia Abreu:

<http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1249>

Biografia Oficial Katia Abreu:

<http://senadorakatiaabreu.com.br/biografia/>